

1 Ata da Assembleia Permanente de Greve da Associação dos Professores Universitários do
2 Recôncavo – APUR, instância organizativa e deliberativa territorial do Sindicato Nacional
3 dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN. Ao vigésimo sexto dia do
4 mês de julho do ano de dois mil e doze, às nove horas, em primeira convocação, sem
5 registro de quórum para instauração da Assembléia, e às nove horas e trinta minutos, em
6 segunda convocação com atendimento do quórum regimental para estabelecimento da
7 Assembléia Geral da APUR, reuniram-se ordinariamente no Auditório da Pró-reitoria de
8 Pesquisa e Pós-Graduação, no município de Cruz das Almas, os docentes da Universidade
9 Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, em conformidade com a pauta de convocação
10 amplamente divulgada. Primeiramente, deu-se a composição da mesa diretora, com o
11 seguinte formato: o professor Maurício Ferreira da Silva (CAHL), representante do Comando
12 Local de Greve – CLG, coordenou os trabalhos da mesa, sendo auxiliado pelos professores
13 Éder Pereira Rodrigues (CCS) e Tarcísio Fernandes Cordeiro (CFP). O coordenador da
14 mesa saudou a presença de todos em nome do CLG e leu a pauta da Assembleia. Em
15 seguida os docentes da UFRB foram consultados acerca da pauta, sendo incluído por
16 sugestão da plenária mais um item. Assim, a pauta foi aprovada com os seguintes pontos:
17 1) Informes; 2) Negociação com o governo; 3) Negociação da pauta local; 4) O que ocorrer.
18 Desse modo, iniciou-se a discussão da pauta. **1. Informes:** a mesa convidou a professora
19 Carolina Saldanha Scherer (CCAAB) para apresentar uma síntese da movimentação
20 financeira do CLG. Desse modo, a professora informou que foram arrecadados quatro mil e
21 nove reais e noventa centavos, foram gastos três mil duzentos e setenta e nove reais e
22 sessenta centavos, havendo um saldo de setecentos e trinta reais e trinta centavos sob
23 responsabilidade da comissão de finanças do CLG. Dando continuidade ao informe, o
24 professor Nilton Cardoso da Silva (CETEC), tesoureiro da APUR, esclareceu que a entidade
25 ainda enfrenta dificuldades em relação ao procedimento do débito em conta bancária e que
26 tal fato tem causado preocupação a diretoria, pois, neste mês, ainda não foi realizado o
27 referido procedimento bancário, o que acaba por criar uma insegurança em relação à
28 estabilidade financeira de nossa associação. Ainda sobre essa temática, o professor
29 Tarcísio Fernandes Cordeiro (CFP), membro da comissão de finanças do CLG, esclareceu
30 que até o presente instante os diretores da APUR, designados para nos representar no
31 Comando Nacional de Greve – CNG, ainda não foram ressarcidos dos gastos, efetivados
32 pelos mesmos, com as passagens aéreas. Diante desse quadro, a mesa solicitou
33 contribuições, da plenária, para o nosso fundo de greve, sendo arrecadado, durante a
34 Assembleia, o montante de quinhentos e trinta e quatro reais. Em seguida, a mesa convidou
35 o professor Éder Pereira Rodrigues (CCS) que repassou informações sobre a reunião
36 conjunta entre os Comandos de Greve dos docentes e dos servidores técnico-
37 administrativos da UFRB que contou também com a participação de representantes
38 estudantis do Conselho de Entidades de Base. O colega enfatizou a preocupação dos
39 discentes com a situação do calendário acadêmico de nossa instituição e a indignação dos
40 servidores técnico-administrativos com o governo federal que não avança nas negociações
41 com a categoria. Nesta linha, seguiu-se o informe do servidor técnico-administrativo Elielson
42 Lima Aquino, que agradeceu o espaço cedido na Assembleia docente e chamou a atenção
43 para as dificuldades enfrentadas pela categoria, que enfrenta um grave achatamento salarial
44 e, em contrapartida, não vê sinais do governo no sentido de dialogar com os grevistas. O
45 último informe, apresentado pelo professor Antônio Eduardo Alves de Oliveira (CAHL),
46 registrou a rejeição da proposta governamental por parte dos docentes da Universidade
47 Federal da Bahia e da Universidade Federal de Uberlândia. Encerrados os informes,

48 passou-se à discussão do segundo ponto da pauta. **2. Negociação com o governo:**
49 primeiramente, o professor David Romão Teixeira (CFP), vice-presidente da APUR,
50 apresentou uma análise política da proposta oficialmente enviada pelo governo no último dia
51 vinte e quatro, destacando os pontos centrais de sua construção, assim como os recuos que
52 o governo realizou frente a força de nossa greve, a saber: negociar com a categoria em
53 movimento paredista, apresentar proposta antes do dia trinta e um de agosto e reconsiderar
54 aspectos do que o próprio governo denominou de proposta definitiva. Além desses
55 aspectos, o dirigente sindical, chamou atenção para a vergonhosa aproximação, na mesa de
56 negociação, da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino
57 Superior – PROIFES com os representantes do governo federal. Dando continuidade aos
58 debates o professor Francisco de Souza Fadigas (CCAAB), representando o CLG,
59 apresentou uma análise da última proposição governamental a partir da análise dos itens
60 apontados pelos docentes da UFRB como fundamentais. Nesse sentido, foram registrados
61 os avanços da nova proposta, assim como as questões que foram completamente ignoradas
62 pelo governo. Do mesmo, foram apontados os itens que foram parcialmente atendidos e os
63 que foram retirados da mesa de negociação e que serão, conforme sugere o documento
64 apresentado na última terça-feira, remetidos para grupos de trabalho a serem constituídos
65 por representantes das entidades que firmarem o acordo e da Associação Nacional dos
66 Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, ou ainda das diretrizes
67 a serem estabelecidas pelo Ministério da Educação – MEC. Após a exposição, o professor
68 esclareceu que o CLG se posicionou contrário a aceitação da proposta, na forma como foi
69 apresentada. Abertas as inscrições da plenária, o professor Luís Flávio Reis Godinho
70 (CAHL) registrou congratulações ao CLG/APUR por estar participando ativamente das
71 discussões no CNG/ANDES, em Brasília, chamou a atenção para a questão da carreira
72 docente, que não deve ser colocada em segundo plano, diante da tabela salarial
73 apresentada pelo governo. O docente afirmou que a proposta do ANDES deve também
74 receber as críticas da categoria, entretanto, no atual contexto político, é a melhor
75 proposição, portanto, devemos defendê-la na mesa de negociação do governo, evitando o
76 subterfúgio dos grupos de trabalho. Ao encerrar sua fala, Godinho solicita a rejeição da
77 proposta do governo e a continuidade da greve. Em seguida, o professor Marcus Vinícius
78 Ivo da Silva (CETEC) fez uso da palavra e reiterou a preocupação com a precarização do
79 trabalho docente, em especial, nas novas universidades. Segundo o docente, no processo
80 de negociação, essa temática não deve ocupar espaço secundário. Em seguida, o professor
81 realizou questionamentos sobre o cargo isolado de professor titular, com reserva de
82 percentual para concurso público; sobre a situação do banco de equivalência, e; sobre a
83 ausência dos itens insalubridade e periculosidade em nossa pauta. O professor Anacleto
84 Ranulfo dos Santos (CCAAB) afirmou que não observava como ponto crítico, do processo
85 de negociação, a constituição de grupos de trabalho, pois, caso, nesses fóruns, os
86 encaminhamentos desrespeitassem a vontade da base do movimento docente, a categoria
87 poderia deflagrar nova greve. Dando continuidade aos debates sobre os grupos de trabalho,
88 o professor Francisco de Souza Fadigas (CCAAB) apresentou os temas a serem discutidos
89 nesses fóruns, segundo a última proposta do governo, a saber: i) diretrizes para a avaliação
90 de desempenho para fins de progressão; ii) critérios para promoção as classes das carreiras
91 de Professor Federal; iii) critérios para promoção de professor titular a serem estabelecidos
92 em regulamento; iv) avaliação da demanda de reenquadramento dos professores da classe
93 associado (aposentado); v) critérios para certificação de conhecimento tecnológico; vi)
94 critérios de transição para os atuais professores titulares; vii) programa de capacitação; viii)

95 critérios para fixação do professor em locais de difícil lotação; ix) critérios para concessão do
96 auxílio transporte. O professor Luís Flávio Reis Godinho (CAHL), em segunda inscrição,
97 afirma que a atual proposta do governo fere, em diversos aspectos, o artigo duzentos e sete
98 da Constituição Federal, a saber: “As universidades gozam de autonomia didático-científica,
99 administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de
100 indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Assim, o docente reitera a indicação
101 pela rejeição da proposta do governo. Após essas considerações, a mesa retoma a palavra
102 e passa a fazer esclarecimentos. Nesse sentido, o professor Tarcísio Fernandes Cordeiro
103 (CFP), representante do CLG, apresentou as seguintes explicações: i) a questão do cargo
104 isolado para professor titular não é vista como um problema, uma vez que o governo
105 assegura a progressão para todos os professores que ocupam, ou venham ocupar, a
106 condição de associação IV; ii) em sua proposta o governo não formalizou nenhum aspecto
107 relativo ao banco de equivalência, apenas sinalizou a intenção de rever esse item que é
108 fundamental para a liberação dos docentes em processo de qualificação; iii) a questão da
109 insalubridade e da periculosidade não constam de nossa pauta, de modo específico, pois
110 integram a pauta nacional dos servidores públicos federais. O professor David Romão
111 Teixeira (CFP), ao retomar a palavra, expressou sua preocupação com a dupla
112 representação sindical na mesa de negociação e afirmou que o ideal seria a construção de
113 um CNG unificado, referendado pelas bases. O professor Anacleto Ranulfo dos Santos
114 (CCAAB), em nova inscrição, afirmou que, em sua fala anterior, não sugeriu o fim da greve,
115 mas, sim, a possibilidade de darmos continuidade aos debates nos grupos de trabalho, uma
116 vez que a greve atual emerge da base, portanto, uma vez contrariada em suas demandas a
117 categoria poderia retomar o movimento grevista. Ao encerrar sua fala, o professor afirmou
118 não ver problema na manutenção do cargo de titular isolado, desde que seja assegurada a
119 todos os docentes que ocupam, ou venham ocupar, a condição de associado IV a
120 possibilidade de ascensão, em sua carreira, a classe de titular. Por seu turno, o professor
121 João Mendes de Lima Júnior (CCS) defendeu a utilização de parâmetros claros para a
122 definição da malha salarial, já em relação os grupos de trabalho, conforme proposta do
123 governo, Mendes se posicionou contrário a sua utilização neste momento de negociação, o
124 que não impediria sua utilização no futuro. Ao fazer uso da palavra, o professor Joelito de
125 Oliveira Rezende (CCAAB) questionou quais seriam os critérios para a progressão na
126 carreira, inclusive para os docentes que pretendem atingir a condição de titular. Em seguida,
127 o professor Juliano Mascarenhas da Silva (CAHL) destacou, em seu pronunciamento, que o
128 momento político é propício para o avanço de nossas reivindicações junto ao governo. A
129 professora Sílvia Cristina Arantes de Souza (CAHL) sugeriu que fossem elencados os
130 pontos principais da nossa pauta, para que os mesmos fossem prioritariamente exauridos
131 no processo de negociação, pois sabemos que não é prudente tencionar um debate além do
132 limite que se mostra possível. Em nova inscrição, o João Mendes de Lima Júnior (CCS)
133 afirmou que o governo pode, sim, ampliar os recursos financeiros destinados à educação, o
134 problema, segundo a avaliação de Mendes, é de ordem política, pois a educação não tem a
135 prioridade que merece. O professor David Romão Teixeira (CFP), em mais uma inscrição,
136 advogou que é preciso reafirmar a mesa de negociação como instância legítima, neste
137 momento, pois não podemos correr o risco de remetermos temas caros à condição docente
138 para grupos de trabalho em que a correlação de forças é favorável ao governo. Encerrados
139 os debates sobre o tema, a mesa assumiu a palavra e prestou os seguintes
140 esclarecimentos: i) o governo propõe que as diretrizes para a avaliação de desempenho
141 para fins de progressão sejam discutidas por um grupo de trabalho, sendo assim, ainda não

142 temos clareza de quais seriam tais diretrizes. A posição do CLG é que tais aspectos sejam
143 regulados pelas Instituições Federais de Ensino – IFE; ii) o governo defende que a
144 progressão para a classe titular se dê pelo seguintes critérios: a) estar no último nível da
145 classe Associado IV; b) possuir o título de Doutor; c) ser aprovado em processo de
146 avaliação de desempenho, de acordo com diretrizes estabelecidas em regulamento; d)
147 lograr aprovação em Memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa,
148 extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese
149 acadêmica inédita. O CLG compreende que a regulamentação, proposta no terceiro item
150 deve ocorrer respeitando a autonomia de cada IFE; iii) no tocante aos itens considerados
151 principais da nossa pauta, o CLG entende que os mesmos foram aprovados em nossa
152 última Assembleia, sendo assim, deveríamos remetê-los, mais uma vez, para nossa
153 representação no CNG/ANDES; iv) que as análises feitas pelo CLG, bem como os
154 documentos aprovados em Assembleia, serão disponibilizadas no site da APUR. Após os
155 debates e feitos os devidos esclarecimentos pelo CLG, o professor Maurício Ferreira da
156 Silva (CAHL), coordenador da mesa, passou aos encaminhamentos. Desse modo, a
157 presidência da mesa sugeriu a continuidade da greve e a aprovação do texto elaborado pelo
158 CLG com o título de ***Encaminhamentos do comando de greve da URB em relação à***
159 ***proposta apresentada pelo governo em 24/07/2012***. A plenária, então, sugeriu pequenos
160 ajustes na redação do documento, que foram acatados pela secretaria da mesa. Em regime
161 de votação, foi aprovada, por unanimidade, a continuidade da greve, bem como o
162 documento proposto pelo CLG com a inclusão das contribuições da plenária. A mesa então
163 passou a discussão para o próximo ponto da pauta, a saber: **3. Negociação da pauta local**.
164 Nesse momento, o professor Clair Rogério da Cruz (CCAAB), representando o CLG, dirigiu
165 a palavra a plenária informando que já foram realizadas duas reuniões com a Reitoria, com
166 objetivo de definir a metodologia, bem como uma agenda de encontros para a discussão de
167 nossa pauta local, de acordo com o seguinte cronograma: i) política docente – 03/08/2012;
168 ii) infraestrutura – 08/08/2012; iii) UFRB e o Recôncavo, outras demandas – 15/08/2012, e;
169 iv) leitura e assinatura do documento final – 22/08/2012. Em seguida, o professor Francisco
170 de Souza Fadigas (CCAAB) solicitou a palavra e frisou a importância desse momento para
171 nossa instituição, agradecendo, inclusive, a contribuição dos colegas dos diversos campi
172 que enviaram proposições ao CLG. No último ponto, **4. O que ocorrer**, foram encaminhadas
173 ações para o próximo período, sendo aprovado o seguinte calendário de ações: i) reunião
174 do CLG com a reitoria, dia 03/08 (sexta-feira), às nove horas; ii) reunião do CLG, dia 06/08
175 (segunda-feira), às nove horas; v) Assembleia Geral, dia 07/08 (terça-feira), em Cruz das
176 Almas, às nove horas. Para além do presente calendário foram também aprovadas duas
177 moções, a saber: i) Moção de solidariedade à greve dos/as servidores públicos federais e de
178 repúdio ao Governo Dilma pelo desrespeito a Lei de Greve, e; ii) Moção de repúdio ao
179 PROIFES por afirmar que representa os docentes da UFRB. Não havendo nada mais a
180 tratar, a Assembleia Permanente de Greve da APUR foi suspensa às onze horas e quarenta
181 e oito minutos, a qual eu, Tarcísio Fernandes Cordeiro, secretário *ad hoc*, lavrei a presente
182 ata que após lida e aprovada em Assembleia, será assinada por mim, pelo presidente da
183 APUR e pelos demais componentes da mesa diretora. Cruz das Almas, Bahia, vinte e seis
184 de julho de dois mil e doze. //////////////